



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO Nº, DE 2015.
(Do Sr. Paes Landim)**

Requer a criação de Comissão Externa para apurar os problemas relacionados à falta de conservação do Parque Nacional Serra da Capivara.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 38 e 107, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Comissão Externa, com ônus, para apurar os problemas relacionados à falta de conservação do Parque Nacional Serra da Capivara.

JUSTIFICAÇÃO

O Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no sudeste do Piauí, é uma unidade de conservação integral à natureza, criado no ano de 1979, que pelo seu valor cultural, foi inscrito na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO, no ano de 1991, sendo declarado oficialmente, em 2002.

Possuindo aproximadamente 130 mil hectares, área distribuída pelos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, São João do Piauí, Canto do Buriti e João Costa, o PARNA é reconhecidamente um dos mais importantes exemplares do patrimônio arqueológico pré-histórico do Brasil, com mais de mil sítios já cadastrados. Tamanha concentração de sítios arqueológicos, ademais, abriga o maior acervo de pinturas rupestres do mundo.

Os sítios de idade pré-histórica apresentam datações bastante recuadas, de até 100.000 anos antes do presente (AP), o que tem contribuído para a compreensão do processo de ocupação do continente americano, cujas hipóteses propostas pela arqueóloga Niède Guidon, precursora das pesquisas na região, e Diretora Presidente da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), tem



CÂMARA DOS DEPUTADOS

suscitado polêmicas em meio à comunidade científica mundial, na discussão acerca do “Povoamento das Américas”.

Além dos sítios pleistocênicos (100.000 a 12.000 anos AP), o registro da ocupação humana pretérita na área do PARNA Serra da Capivara e entorno pode ser verificada, nos sítios holocênicos (12.000 anos AP), com presença de enterramentos humanos, vestígios líticos (artefatos de pedra), aldeamentos cerâmicos indígenas pré-coloniais, e de períodos históricos, a exemplo dos vestígios das fazendas pecuaristas, e das moradias dos extrativistas do látex da maniçoba, conhecido historicamente como “Ciclo da Maniçoba”, e acampamentos de famílias de caçadores.

Em reportagem de 24.08.2014, o jornalista Efrem Ribeiro, de “O Globo”, denunciava a escassez de recursos e a demissão de centenas de funcionários encarregados da preservação do Parque. Em consequência, as guaritas de observação estão vazias e depredadas, as trilhas estão bloqueadas por árvores tombadas e pinturas rupestres pré-históricas estão sofrendo com as intempéries e a ação de animais. As espécies silvestres da região, como onça, veado, e tatu-bola, estão sendo ameaçadas pelos caçadores. A reportagem explicava que os funcionários atuavam na vigilância e fiscalização do parque, na prevenção e combate aos incêndios e à ação dos caçadores. Ademais, outra equipe se responsabilizava pela conservação de pinturas rupestres, atuando com medidas mitigadoras aos agentes naturais – intemperismo físico e (desplacamento do suporte rochoso), e bioquímico (precipitação de salitre na rocha, ação da água, e de animais, como por exemplo, casas de insetos, fezes de morcego, mocó, etc.), que assolam os painéis gráficos.

Segundo a arqueóloga Niède Guidon, o patrimônio do Parque está ameaçado. Pinturas rupestres estão sendo danificadas

O telejornal Bom Dia Brasil, da semana passada mostrou, de maneira concisa e profunda, a ameaça que paira sobre o parque, à mercê do descaso das autoridades ambientais, alguns, inclusive, fulanizando a discussão sobre o tema.

O Parque é administrado pela FUMDHAM em parceria com o IBAMA, entretanto, os recursos não estão sendo repassados de forma satisfatória,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

inviabilizando as atividades de conservação do Parque. A FUMDHAM, entidade científica criada em 1986, responsável pelo desenvolvimento das pesquisas, guarda de acervo, e exposição museológica, assim como a gestão da reserva ambiental, não possui recursos para cobrir as despesas do parque, que deveriam ser mantidas pelo governo federal por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Somado a isso, a carente infraestrutura dos municípios circunvizinhos ao PARNA e a falta de investimentos, tem prejudicado o fluxo turístico da região e, consequentemente, o seu desenvolvimento socioeconômico, com déficit na geração de renda e emprego, afetando diretamente a população local. Os danos se propagam, em maior escala, uma vez que o Estado do Piauí tem perdido a oportunidade de atrair recursos valiosos, inclusive de incentivo privado na referida região.

Atualmente, o PARNA recebe cerca de apenas vinte e cinco mil visitantes ao ano, contingente este que poderia chegar à escala de milhões, de acordo com a estimativa da gestora do parque, a arqueóloga Niède Guidon.

Assim sendo, tendo em vista a gravidade da situação da conservação do Parque Nacional da Serra da Capivara e o iminente perigo de deterioração de patrimônio Cultural da Humanidade, solicito a criação de Comissão Externa, com ônus, para verificar os problemas de conservação do Parque, propor soluções ao Poder Executivo e, sobretudo, tomar providências para que a manutenção do Parque seja regularizada.

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2015.

Deputado **PAES LANDIM**